

Ângela Diniz e Mariana Ferrer: um olhar da psicanálise sobre o feminino

Ângela Diniz y Mariana Ferrer: una mirada psicoanalítica sobre lo femenino

Ângela Diniz and Mariana Ferrer: a psychoanalytic look at the feminine

Jéssica Bertoldo Portela

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria – RS/Brasil

ORCID: 0009-0009-5141-0345

E-mail: jessicabertoldo@hotmail.com

Félix Miguel Nascimento Guazina

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria – RS/Brasil

ORCID: 0000-0002-1683-2317

E-mail: guazina@gmail.com

Resumo

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório, fundamentado através da teoria psicanalítica. Propôs-se a analisar o discurso sobre o corpo da mulher em situações de violência no Brasil, bem como refletir sobre as produções psicanalíticas acerca do feminino na atualidade. Em primeiro momento, realizou-se uma apresentação da historicidade do corpo feminino, nas dimensões do público e do privado, além de uma análise crítica da influência da Psicanálise na construção teórica e social acerca da mulher. Em sequência, foram realizadas análises de notícias do caso Mariana Ferrer e do *podcast* “Praia dos Ossos” (2020) referente ao caso de Ângela Diniz. A partir do que foi apresentado neste trabalho, entende-se que é de extrema importância compreender que as violências, a revitimização e a culpabilização das mulheres são consequências que os corpos femininos sofrem por ocuparem o espaço público da vida social, assim como a relação dos discursos sociais com os dispositivos midiáticos que - em casos como esses - são capazes de alterar as narrativas sobre as possíveis “justificativas” para os crimes cometidos e proporcionar uma troca de papéis entre os culpados e inocentes.

Palavras-chaves: Mulher; Psicanálise; Violência.

Resumen

Este trabajo se caracteriza por ser una investigación cualitativa y exploratoria, fundamentada en la teoría psicoanalítica. Propuso analizar el discurso sobre el cuerpo de la mujer en situaciones de violencia en Brasil, así como reflexionar sobre las producciones psicoanalíticas sobre lo femenino en el presente. En primer lugar, se realizó una presentación de la historicidad del cuerpo femenino, en las dimensiones pública y privada, además de un análisis crítico de la influencia del Psicoanálisis en la construcción teórica y social sobre la mujer. En secuencia, se realizaron análisis de noticias del caso Mariana Ferrer y del *podcast* “Praia dos Ossos” (2020) sobre el caso de Ângela Diniz. De lo expuesto en este trabajo, se entiende que es de suma importancia comprender que la violencia, la revictimización y la culpabilización de las mujeres son consecuencias que los cuerpos femeninos sufren como resultado de ocupar el espacio público de la vida social, así como la relación entre los discursos sociales y los

dispositivos mediáticos que - en casos como estos - son capaces de alterar las narrativas sobre las posibles “justificaciones” de los crímenes cometidos y proporcionar un intercambio de roles entre culpables e inocentes.

Palabras clave: Mujer; Psicoanálisis; Violencia.

Abstract

This paper is characterized as a qualitative and exploratory research, based on psychoanalytic theory. It proposed to analyze the discourse on women's bodies in situations of violence in Brazil, as well as to reflect on psychoanalytic productions about the feminine nowadays. The first step was a presentation of the historicity of the female body, in the public and private dimensions, and a critical analysis of the influence of Psychoanalysis in the theoretical and social construction about women. Then, we analyzed the news of Mariana Ferrer's case and the *podcast* “Praia dos Ossos” (2020) referring to the case of Ângela Diniz. From what was

presented in this paper, it is understood that it is extremely important to understand that violence, re-victimization and the blaming of women are consequences that female bodies suffer as a result of occupying the public space of social life, as well as the relationship between social discourses and media devices

that - in cases like these - are capable of altering the narratives about the possible "justifications" for the crimes committed and providing an exchange of roles between the guilty and the innocent.

Keywords: Woman; Psychoanalysis; Violence.

Introdução

Este trabalho propõe realizar um resgate histórico com relação à construção social da mulher e da feminilidade, relacionando os discursos da atualidade com os dispositivos midiáticos que apresentam dois casos de violência que repercutiram no Brasil. Realiza-se uma análise de dados, a partir de recortes midiáticos, entre os casos de feminicídio de Ângela Diniz (1976) e de estupro de Mariana Ferrer (2018) a fim de problematizar os elementos que convergem no discurso social que concebe a mulher enquanto alvo de julgamento nos casos de violência. Ao focar-se nas violências contra as mulheres, em 09 de março de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.104 que classifica o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. O feminicídio caracteriza-se por ser um crime hediondo “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, essa condição é considerada quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Brasil, 2015, s/p).

Em 07 de agosto de 2009, a Lei nº 12.015 foi sancionada com o intuito de especificar os crimes contra a dignidade e liberdade sexual, entre eles o estupro que é definido como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, além de condenar a conjunção carnal e/ou outro ato libidinoso “mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima” (Brasil, 2009, s/p).

Nesse sentido, faz-se necessária a investigação dos impactos do patriarcalismo, da influência das áreas de conhecimento e das

vivências sociais na construção da mulher enquanto patrimônio público e privado na sociedade. Para além do discurso social, faz-se importante a análise crítica da influência de áreas do conhecimento tais como a medicina, a filosofia e a própria Psicanálise que respaldaram, por muitos anos, o que é e o que deseja uma mulher. Algumas das principais referências sobre o assunto foram encontradas em autoras como Luce Irigaray, psicanalista e filósofa belga, a partir da leitura de Rafael Cossi; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista brasileira; e Mary Del Priore, historiadora brasileira.

Duas mulheres que vivenciaram diferentes momentos no Brasil, com culturas, valores, concepções e costumes distintos. Os casos de Ângela Diniz e Mariana Ferrer tomam as discussões midiáticas – e sociais - com um intervalo de 42 anos entre eles. Uma foi assassinada aos 32 anos pelo seu então namorado, a outra foi dopada e estuprada aos 21 por um homem que, até o momento do ocorrido, era desconhecido por ela. A escolha dessas duas mulheres, a fim de fomentar a discussão do impacto midiático sobre o feminino, faz-se de extrema importância para compreender a posição da mulher na sociedade e identificar o que se mantém e o que se diferencia nesses casos. Entende-se que a discussão sobre o corpo em psicanálise é complexa e polissêmica, que se constitui para além do biológico, do sexo ou do pulsional. No entanto, a categoria corpo não possui o objetivo de ser trabalhada como um conceito operador psicanalítico no texto, mas de servir como referência para sustentar o quanto as violências sobre o feminino, em ambos os casos, apresentam suas ressonâncias nos discursos produzidos pelas narrativas midiáticas.

Na história do movimento psicanalítico, as mulheres ocupam uma posição de repressão com relação a sua sexualidade que é, primordialmente, descrita por homens. Em “Freud e o Patriarcado”, livro organizado por Alessandra Martins Parente e Léa Silveira (2020), ressalta-se a necessidade de compreender a mulher para além da posição de mãe e concebê-la a partir de referências próprias, não mais pautadas na sexualidade masculina. Sendo assim, é de extrema importância que pesquisas e produções teóricas sejam desenvolvidas a fim de refletir sobre o papel da mulher na sociedade atual, desprendendo-se de concepções oitocentistas fundadas pelas áreas de conhecimento, as quais consideravam as mulheres como serem afetivos e maternais, afastadas da razão e da intelectualidade. Nesse sentido, o que precisa ser mudado para que as mulheres assumam seu lugar de protagonismo e questionem as normatizações de gênero? A psicanálise pode estar ocupando um lugar de manutenção do patriarcado?

Maria Rita Kehl, em seu livro “Deslocamentos do Feminino” (2008), contextualiza que o campo cultural e teórico do século XIX contribuiu para muitas concepções do feminino que reverberam até a atualidade. A partir do surgimento da “mulher freudiana”, a qual externaliza o sofrimento social através de sintomas histéricos, começa-se a questionar o que a mulher deseja e qual o seu lugar na sociedade. Os discursos acerca da feminilidade e dos lugares ocupados pelas mulheres eram constituídos por conjuntos de atributos respaldados pela cientificidade, religião e pelo social, que denominam a “natureza” a partir da anatomia e das virtudes.

“Natureza feminina” que se designava na capacidade de cumprir o destino da procriação, da maternidade e da domesticação, atributos que eram concebidos como próprios a todas as mulheres, assim atribuindo um único lugar social à mulher: a família e o espaço doméstico. A exemplo disso, a culpabilização do corpo da mulher é resultado dessas construções, culminando nas estratégias para

adequar a sexualidade feminina ao lugar que deve ser ocupado na sociedade burguesa oitocentista. Dessa forma, a sexualidade é passível de proteção contanto que esteja contida no espaço privado da vida social. Seria essa dicotomia entre o público e o privado a causa da culpabilização dos corpos femininos? Pode-se inferir que a Psicanálise contribuiu para esse processo? O que Freud não conseguiu escutar e escrever sobre as mulheres?

Na atualidade, a ascensão das discussões acerca do corpo feminino e do lugar da mulher assumem protagonismo no meio social. Maria Rita Kehl (2008) pontua, em “Deslocamentos do Feminino”, que o protagonismo das mulheres ganha força nas revoluções burguesas do século XVIII, impulsionando a organização dos movimentos feministas que culminaram nas sufragistas lutando pelos direitos políticos femininos. Essa ascensão, que passa pelos séculos XVIII e XIX, convoca as mulheres a pensarem sobre seu lugar na sociedade para além do espaço doméstico e da maternidade, fomentando os estudos sobre gênero, política e cultura. Luce Irigaray (citado por Cossi, 2020) ressalta a importância das três ondas do feminismo, dando destaque à segunda que foca mais nas especificidades do corpo feminino, para o posicionamento e protagonismo das mulheres. Para a autora, é a partir desse momento que as mulheres passam a escrever sobre si e suas experiências, além de dar voz ao seu corpo e a sua sexualidade que são silenciados pelo patriarcalismo.

Com a ascensão dos movimentos feministas e da presença das mulheres nos âmbitos sociais e políticos, torna-se urgente e de extrema importância a realização de estudos teóricos e técnicos a fim de compreender a posição da mulher na sociedade atual. Casos de violência como os de Ângela Diniz, vítima de feminicídio que foi “justificado” pela legítima defesa da honra, e de Mariana Ferrer, vítima de estupro que foi atribuído como “estupro culposo” pelo processo jurídico, reforçam a necessidade de discussão acerca das violências que o corpo das mulheres sofre quando está

sujeito ao espaço público. Este trabalho reafirma a importância social, teórica e política de discutir as atribuições dos espaços público e privado na sociedade que culminam na violência e na culpabilização dos corpos femininos. Afinal, quais as consequências do corpo da mulher se tornarem público? E por que alguns corpos são mais passíveis de culpabilização ou absolvição?

Esses são alguns dos questionamentos que constituem a justificativa deste trabalho visando analisar o discurso sobre o corpo da mulher em situações de violência no Brasil, bem como refletir sobre as produções psicanalíticas acerca do feminino na atualidade. A apresentação da historicidade frente às concepções do feminino, nas dimensões do público e privado, é de extrema importância para compreender as consequências sofridas pelas mulheres que são alvos de violência, diante dos casos de Ângela Diniz e Mariana Ferrer.

Método

Procedimentos Técnicos de Pesquisa

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório, fundamentado através da teoria psicanalítica. A pesquisa se desenvolveu a partir da análise de reportagens disponíveis no portal de notícias da Globo (G1) e do *podcast* “Praia dos Ossos” (2020) que se encontra disponível nas plataformas digitais. A fim de analisar o discurso midiático e social acerca do lugar atribuído às mulheres em situações de violência, os casos de Mariana Ferrer e Ângela Diniz serviram como princípio fundamental para esta discussão. Conforme Lara e Molina (2011), a investigação do objeto de estudo deve ocorrer a partir de uma fundamentação teórica geral, desenvolvendo-se através de uma revisão bibliográfica aprofundada e amparada, sustentando-se nos questionamentos que surgem no decorrer do trabalho. Esses questionamentos possibilitam uma maior familiaridade com o tema a ser explorado, podendo proporcionar o levantamento de importantes dados bibliográficos (Gil, 2002).

A fim de analisar os discursos midiáticos dos casos de Ângela Diniz e Mariana Ferrer, utilizou-se dispositivos tais como o *podcast* “Praia dos Ossos” produzido pela Rádio Novelo que aborda o caso de feminicídio de Ângela Diniz, e reportagens do portal de notícias da Globo (G1) sobre o caso de Mariana Ferrer. As notícias virtuais analisadas retrataram o que foi pontuado neste trabalho, visto que esses dispositivos trazem à tona, e até mesmo influenciam, a percepção do público sobre os casos de violências sofridas por mulheres. As notícias elencadas no site G1 referentes ao caso de Mariana Ferrer, nos períodos entre 2019 e 2020, exploraram o momento da denúncia do crime e do posterior julgamento do caso. Já o *podcast* “Praia dos Ossos” aborda o caso de Ângela Diniz, possibilitando um apanhado de notícias e dados referentes à forma como o acontecimento foi retratado nos anos 1970 e 1980 pelos veículos de comunicação. A fim de analisar o discurso sobre as mulheres em situações de violência, foram utilizados dispositivos virtuais para compreender a relação entre público e privado no que tange às consequências direcionadas aos corpos femininos no espaço da vida pública.

Os dados presentes nesta pesquisa foram coletados através das notícias encontradas na plataforma digital do site G1, assim como do *podcast* “Praia dos Ossos”. Dessa forma, foram analisadas reportagens e falas transcritas do *podcast* referentes aos casos de Mariana Ferrer e Ângela Diniz, respectivamente, a fim de pontuar os elementos presentes no discurso midiático e social com relação às mulheres e seus corpos ocupando o espaço público. Esses elementos foram eleitos a partir dos objetivos da pesquisa corroborando o caráter qualitativo e exploratório. A análise de dados foi realizada através da pesquisa em psicanálise - fomentada pelos objetivos já apresentados - considerando a possibilidade de construir transferência com o tema a partir da teoria e suas fundamentações. A pesquisa em psicanálise pressupõe uma implicação dos pesquisadores com as temáticas de estudo, que permite operar na produção do conhecimento com os elementos inconscientes que o

atravessam (Diniz, 2018). Nesse sentido, não busca extrair um saber de um sujeito ou de uma produção teórica, mas de compreender que nessas construções, há saberes, discursos, narrativas e enunciados que podem ser problematizados a partir de uma experiência singular do encontro do pesquisador com seus objetos de estudo e investigação (Ferreira, 2018).

O método foi construído a partir da análise dos discursos midiáticos e sociais acerca do corpo feminino na atualidade, tanto pelas fundamentações teóricas da psicanálise quanto pela construção deste tema a partir do desejo em escrevê-lo. Conforme Maria Cristina Poli (2008), é necessário que exista desejo de implicação e transferência com o tema, por parte do pesquisador, para que a pesquisa em psicanálise se afirme enquanto método satisfatório. Sabe-se que não é possível desassociar o sujeito dos fatores psicossociais, culturais e históricos que o constituem, sendo assim, as escolhas feitas a partir dos objetivos deste trabalho refletem a implicação que este tema evoca nos dias atuais (Marcos, 2010). A psicanálise se apresenta como instrumento para a compreensão dos fenômenos sociais e subjetivos, sendo o seu auxílio de extrema importância para o embasamento de questões clínicas, jurídicas e sociais que poderão reverberar através da produção deste trabalho (Figueiredo & Minerbo, 2006). Dessa maneira, foi realizada a escuta do *podcast* e leitura das notícias veiculadas de forma intensa e exaustiva. A partir da relação transferencial da pesquisadora articulado com os percursos teóricos que sustentam o texto, construiu-se categorias analíticas como forma de sistematização dos eixos e caminhos argumentativos da análise.

Resultados e discussões

A ascensão social do feminino e o patriarcado na Psicanálise: discussões sobre o público e o privado

A ascensão do feminino nos âmbitos sociais e políticos perpassa as transformações culturais que ocorreram nos séculos XVIII e

XIX. O movimento sufragista, a alfabetização das mulheres e a produção literária para e pelo público feminino indicavam sinais de mudanças nas esferas públicas e privadas da sociedade. Maria Rita Kehl (2008) pontua que a construção do sujeito moderno se deu pelas discussões entre o individual e o social. Fatores como a família e a vida sexual eram objetos de estudo e discussão, para tecer o limite entre o público e o privado, visto que, a partir do século XVIII, a família se torna um espaço obrigatório de demonstração de afetos e sentimentos, em que a sexualidade possa eclodir e culminar na sua finalidade: a procriação. Para Kehl (2008), a família era um espaço de convergência de discursos atravessados pelo social e o individual, operando como um espaço privado em que o poder não teria acesso. A divisão entre público e privado também culminou na separação dos papéis de gênero, enquanto os homens transitavam entre as esferas sociais pelas suas posições políticas e laborais, às mulheres eram atribuídas ao espaço privado por suas habilidades domésticas e maternais, destituídas do lugar de sujeito operante na sociedade. Não obstante, as noções de público e privado começam a sofrer alterações em razão do que Maria Rita Kehl (2008) chama de “conflitos de gerações”, fomentados pelos processos de individualização do sujeito moderno.

As consequências do processo de individualização culminam na ascensão da responsabilidade do destino pessoal e na ameaça dos ideais estabelecidos pela sociedade. Dessa maneira, as transformações culturais e sociais desautorizam as tradições que antes definiam o destino dos sujeitos de forma imutável. A esfera social que mais sofreu, de forma gradativa, as consequências desses fenômenos foi a família, que começa a ser vista como um empreendimento coletivo em função da ascensão do capitalismo. Em razão dessas mudanças, os meios sociais, teóricos e políticos passaram pela construção de uma nova ordem cultural, afrontando a classe de maior poder econômico, contra uma compulsão à repetição que estivesse associada às formações culturais anteriores e alheia aos

processos de individualização e do dualismo envolvendo público/privado (Kehl, 2008).

Ao fazer o resgate histórico desse período, Maria Rita Kehl (2008) pontua a dualidade vivida pelo sujeito moderno ao se dedicar aos outros e a si mesmo no espaço social. Em resposta a essa demanda, desenvolve-se a noção de "família nuclear" enquanto um espaço de intimidade, um local sagrado onde a tranquilidade e o relaxamento estão endereçados à esposa. A concepção da família nuclear, no cenário burguês oitocentista, foi respaldada por construções sociais e das áreas de conhecimento, possibilitando o desenvolvimento do padrão de feminilidade que repercute até os dias atuais (Kehl, 2008). A principal finalidade desse ideal feminino era constituir um conjunto de atributos desejados para ser verdadeiramente uma mulher. Ou seja, a convergência entre uma educação formal e rígida, a religião, as expectativas parentais e a enorme produção científica e filosófica da época culminaram nos padrões de feminilidade limitados à família, ao lar e ao casamento que são reverberados até a atualidade. Não obstante, como resultado da libertação do sujeito moderno, os movimentos contrários a esses ideais também começaram a ganhar força no espaço público.

No decorrer do século XIX, a "revolta à família" marca um momento importante para a transição das mulheres em busca da própria vida, não mais regidas pelo destino escolhido pelos pais ou pela limitação de ficar alojada apenas no espaço privado da vida moderna e burguesa. Os fenômenos sociais tais como a alfabetização feminina, o trabalho no comércio e o desenvolvimento de estudos e obras literárias para mulheres elucidam o rompimento com os costumes tradicionais da cultura burguesa oitocentista (Kehl, 2008). Esses movimentos se constituíram enquanto tentativas de dar voz ao emergente que ainda não tinha lugar simbólico estabelecido na sociedade. É inegável que o padrão de feminilidade, construído nos séculos XVIII e XIX, também repercutiu na forma como o corpo feminino era visto na sociedade. A

sexualidade se restringia ao modo de vida privado, reservado ao íntimo do casal, focada na satisfação do homem e na procriação. De acordo com Maria Rita Kehl (2008), o corpo e o intelecto feminino precisavam ser domados pela sociedade e pela educação, a fim de garantir que a mulher seguisse o seu único e verdadeiro destino: o casamento e a maternidade.

A "natureza feminina" representada pela feminilidade foi utilizada como um importante dispositivo de controle das mulheres. Essas ideias foram respaldadas por áreas do conhecimento - tais como a medicina, a filosofia e a ciência de modo geral - e reafirmadas no âmbito social. Sigmund Freud (1908/2009), ao discorrer sobre as relações entre civilização e sexualidade, aponta as consequências da moral sexual civilizada. A doença nervosa moderna se tornava a principal manifestação de adoecimento da sociedade contemporânea, ou seja, o sujeito se encontrava em um paradoxo entre seus desejos - sejam eles conscientes ou inconscientes - e as exigências da civilização. A repressão da vida sexual, para Freud (1908), aparece como um dos principais fatores para o desenvolvimento das neuroses e demais doenças nervosas na contemporaneidade, considerando que a sexualidade "útil" à civilização estaria relacionada com a procriação e não com a satisfação dos desejos sexuais. Não obstante, as mulheres não se encontravam livres do adoecimento, conforme postulado por Freud (1908, p. 106) "as mulheres, ao sofrerem as desilusões do casamento, contraem graves neuroses que lançam sombras duradouras sobre suas vidas".

Partindo de uma breve noção de corpo em psicanálise, pode-se inferir que esse ultrapassa o somático na sua relação com o sintoma e constitui uma totalidade em funcionamento com a história do sujeito, não se restringindo ao biológico ou ao pulsional. Sendo assim, pode-se dizer que a revolução de Freud foi considerar a dupla racionalidade entre o biológico e o psíquico (Lazzarini & Viana, 2006). Segundo Mandet (1993), a psicanálise

aborda a temática do corpo enquanto objeto para a constituição do psiquismo, como uma representação do inconsciente. A teoria psicanalítica avançou na constatação de que o corpo é marcado pelo desejo inconsciente, atravessado pela linguagem e também pelo sexual, destituindo a questão corporal da exclusividade biológica ou orgânica. Essa concepção trouxe à tona a ideia de que o corpo da psicanálise está investido pelo erotismo. Dessa forma, assegurando diretamente a relação entre corpo e sexualidade enquanto vertentes que convergem e se sustentam (Lazzarini & Viana, 2006).

Visto que as mais diversas áreas de conhecimento desenvolveram inúmeros estudos e teorias acerca do feminino e seus mistérios, a psicanálise, enquanto vertente teórica e cultural, também se dedicou a buscar respostas sobre o que deseja uma mulher. Em relação ao adoecimento feminino por meio das neuroses, Freud e diversos médicos dos séculos XIX e XX buscaram uma cura para os distúrbios nervosos que acometiam as mulheres. Dessa forma, por alguns anos, o casamento foi aconselhado enquanto possibilidade de curar ou até mesmo prevenir o adoecimento das jovens (Freud, 1908). Sabe-se que a repressão da sexualidade feminina era respaldada na abstinência, em que a cultura protegia a jovem da tentação e promovia uma “recompensa” por sua castidade. Ao mesmo passo em que ao homem era permitido viver a “moral dupla” que resultava na melhor preparação para o casamento, permitindo que algumas experiências sexuais fossem realizadas (Freud, 1908). É inegável que, em sua obra “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna”, Freud discorre sobre as consequências da repressão sexual feminina sem focar diretamente nos malefícios para a mulher em si, mas sim nas insatisfações e privações que o homem sofre ao se deparar com uma mulher adoecida pelas questões sociais de seu tempo.

No entanto, graças às transformações e revoluções sociais, as mulheres começaram a reivindicar seus direitos civis e políticos em

meio aos deslocamentos entre público e privado. Antes destituídas dos espaços públicos como a vida política, o trabalho e até mesmo do lazer, as mulheres começaram a ocupar lugares que faziam parte do “império masculino” e buscavam maior autonomia e independência sustentadas, mesmo que indiretamente, pelos ideais do Iluminismo advindo da Europa do século XIX (Kehl, 2008). Dessa maneira, pode-se inferir que muitas das tentativas de fixar a mulher - e o seu corpo - a um só lugar e papel, alegando ser o “destino” ou “sua natureza”, diz respeito a urgência da sociedade em enfraquecer as revoluções, criando novas condições para desestabilizar a organização entre as mulheres (Federici apud Caffé, 2020).

O fato do corpo feminino ter sido concebido como uma propriedade do social, da religião e do masculino desde os primórdios da civilização reverbera até a atualidade e culmina em casos de violência pelo mundo todo. No Brasil, a incidência de casos de violência contra as mulheres fica evidente, uma vez que se tem dados alarmantes envolvendo violência doméstica, sexual e feminicídios. Conforme noticiado pela CNN Brasil (2021), em média, cinco mulheres foram vítimas de feminicídio por dia no ano de 2020, esses dados foram levantados pela Rede de Observatório de Segurança com base na análise de quatro estados brasileiros. Em 58% desses casos, os criminosos tinham algum tipo de relação afetiva com a vítima. Já com relação à violência sexual, em 2018, o Brasil registrou o maior número de casos notificados. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 66.041 estupros no país, o que resulta em uma média de 180 estupros por dia (Jornal da USP, 2020). Esses dados são alarmantes, mas é inegável que muitos outros são subnotificados, escondendo o número real de violências sofridas pelas mulheres. Assim como os dados dos casos de Ângela Diniz e Mariana Ferrer levantados nesse trabalho, é de extrema urgência que se repense a violência de gênero que está atrelada à ideia do corpo feminino e da posição da mulher na sociedade, passível de punição por se tornar público.

As interrogações sobre o feminino se fizeram presentes na história de diversas maneiras, mas foi na passagem do século XIX para o XX que os “mistérios” envolvendo as mulheres começaram a ser investigados e estudados pelos meios teóricos no Ocidente. Em destaque nesses acontecimentos, Sigmund Freud - e a psicanálise em geral - constitui um importante movimento teórico e social ao abordar as condições femininas e sua perplexidade no que tange o “território desconhecido” do adoecimento corporal e mental das mulheres dessa época (Muszkat, 2018). Não obstante, o instituidor da psicanálise, também atravessado pela cultura de seu tempo, desenvolveu muitas concepções e hipóteses com relação à constituição psíquica baseadas no masculino. É inegável que as mulheres e o feminino representavam um mistério para a sociedade e para as áreas de conhecimento, Freud corrobora esse fato ao declarar sua frustração frente ao desconhecido do universo feminino (Muszkat, 2018). Dessa maneira, faz-se necessário discutir a mútua influência entre o patriarcalismo e a Psicanálise Freudiana, a fim de pontuar as concepções e os lugares designados ao feminino nessa área de conhecimento que é, até os dias atuais, uma referência para a formação em Psicologia e Psicanálise.

No que compete à diferença sexual e à sexualidade feminina, Luce Irigaray (apud Cossi, 2020) pontua que as elaborações freudianas são entrelaçadas com o patriarcado. O patriarcado se constitui enquanto um sistema sociopolítico que silencia a mulher, seu corpo, sua sexualidade e seus direitos, colocando o homem enquanto detentor do poder. Para a autora, os moldes falocêntricos da psicanálise não possibilitam que a mulher tenha uma referência e representação própria, assim sendo constituída a partir dos parâmetros masculinos (Irigaray apud Cossi, 2020). A inferioridade anatômica feminina, corroborada por diversos teóricos do século XX, foi utilizada como justificativa para atribuir menor valor à posição das mulheres no espaço público. A participação sociopolítica das mulheres, em comparação aos homens, era de menor importância devido à

função reprodutiva e ao aparato biológico atribuído a elas (Cossi, 2020). Não obstante, divergências significativas surgiam entre os estudiosos e praticantes da psicanálise, autores como Ernest Jones e Hélène Deutsch eram críticos da trama edípica e do complexo de castração, fundamentados por Freud, visto que esses eram concebidos como processos únicos tanto para meninos quanto para meninas. O falo e a libido, enquanto instrumentos teóricos, estavam atrelados ao masculino e ao pênis, impossibilitando que a mulher pudesse se constituir por si mesma, estando subjugada ao homem e ao universo masculino (Cossi, 2020).

No entanto, o gênero sempre esteve presente na constituição da psicanálise, mesmo que de forma implícita. Maria Homem e Contardo Calligaris (2019), afirmam que o gênero se constitui na junção entre os caracteres sexuais do sujeito e a determinação cultural. Conforme os autores, “os papéis que correspondem ao gênero são propostos e impostos pela cultura” (2019, p.12). É impossível pensar na construção da sociedade sem considerar o peso da determinação de gênero, assim como não é possível separar a construção da psicanálise dos fenômenos culturais de seu tempo. Uma das maiores problemáticas com relação aos papéis de gênero, na psicanálise, está no fato de que o falo - representado pelo pênis - é considerado o operador do desejo e da sexualidade, fatores atrelados ao masculino e firmados nos pilares patriarcalistas (Cossi, 2020). Dessa maneira, a relação hierárquica entre homem/mulher, masculino/feminino é fomentada pelos valores teóricos atribuídos aos papéis de gênero.

Em virtude dessas posições, o homem, enquanto significante fálico e mantenedor do poder, dita o que a mulher pode e deve ser, impossibilitando que a mesma seja passível de representação própria, estando sempre aquém do seu oposto (Cossi, 2020). Luce Irigaray (apud Cossi, 2020) defende a ideia de que o sexo feminino precisa se constituir a partir de um registro próprio. Para isso, é de extrema importância que as mulheres se façam - e se mantenham - presentes na produção teórica

psicanalítica, visto que esse é um espaço intelectual majoritariamente ocupado por homens. A incidência dos movimentos feministas, juntamente da ascensão das mulheres psicanalistas, destaca a necessidade de uma identidade direcionada às mulheres e construída por elas, uma identidade que vai para além da domesticidade, da maternidade ou da posição faltante. Para Maria Homem e Contardo Calligaris (2019, p.13), “a identidade é necessária para uma luta de resistência”.

A partir da leitura feita por Cossi (2020), é inegável a importância de Freud, nos anos 20, para a discussão da sexualidade feminina. Ao estudar o adocimento feminino através das histerias, o fundador da psicanálise atribuiu uma importante relação entre a sexualidade e a censura do feminino que culminou na intensa manifestação de sintomas da doença nervosa moderna por parte das mulheres (Freud, 1908). Não obstante, ao mesmo tempo em que Freud inaugura as discussões acerca da sexualidade feminina pelo viés da psicanálise, o autor adota concepções que envolvem a censura e a patologização da mulher enquanto ser ativo e sexual, desde a posição pré-édipica, que estão atreladas ao patriarcalismo da cultura (Irigaray apud Cossi, 2020). Ao falar sobre a sexualidade feminina e à condição “faltante” atribuída às mulheres, o autor afirma que essas possuem menor grau de capacidade de sublimação de seus instintos. Não obstante, é possível que encontrem satisfação e remediação de sua falta através do “substituto adequado do objeto sexual no filho” (1908, p.106), ou seja, é na maternidade que a mulher poderia encontrar seu lugar, sua plenitude e sua validação enquanto um ser completo. De acordo com Cossi (2020), autoras como Judith Butler, Luce Irigaray e Hélène Deutsch marcaram a ascensão das discussões de gênero nos séculos XX e XXI, representando uma afronta aos ideais criados e sustentados pelos homens em relação às mulheres.

É imprescindível que se faça uma análise crítica da relação existente entre a teoria psicanalítica e a manutenção do poder

patriarcal. Considerar os fatores históricos e culturais que respaldam as ideias de Freud - e de demais psicanalistas homens de seu tempo - possibilitam compreender a limitação que existe no ato de falar sobre a mulher através do homem, fator que não abria brechas para que se rompesse a misoginia posta na sociedade da época (Irigaray citado por Cossi, 2020). É importante que se considere a mulher para além de um ser faltante, destituída do falo e que está atrelada à maternidade enquanto missão biológica e/ou possibilidade de sanar sua incompletude. Maria Homem pontua que “só entendemos o que fazemos quando não conseguimos mais dar conta daquele fazer inconscientemente, quando ele não é mais tão eficaz” (2019, p. 09). A exemplo disso, pode-se justificar a ascensão das discussões acerca do patriarcado e suas mazelas enquanto um sistema de organização social. O sistema patriarcal começa a ser questionado e, gradativamente, desconstruído justamente por não se sustentar mais da mesma forma que o fazia antes (Homem & Calligaris, 2019). Dessa maneira, é fundamental que as mulheres assumam outros lugares e desenvolvam novas representações de si mesmas, tanto no âmbito sociopolítico quanto nas produções teóricas, sem mais determinações restritivas. Para além da “exclusividade referencial masculina” (Cossi, 2020, p. 380), ressalta-se a necessidade de novas concepções para a relação entre o feminino e a psicanálise, bem como a atualização de ideais que foram perpassados pela cultura e pelo patriarcalismo dos séculos passados.

Ângela Diniz e Mariana Ferrer: o que ainda precisamos ressignificar?

Sabe-se que associar a mulher ao lado pulsional, ao “próprio” do masculino, gera repulsa na sociedade, tal qual o exemplo da liberdade sexual. Existe um paradoxo direcionado às mulheres - e construído pelos homens - com relação aos corpos femininos. Ao mesmo tempo em que se direciona o ódio ao desejo sexual feminino, a sociedade realiza um culto à mãe e à maternidade (Homem & Calligaris, 2019). O que leva a pensar que

existem corpos passíveis de culpa ou de absolvição em situações de violência. Dessa maneira, a sociedade se encontra no dilema de criminalizar a mulher que goza com seu desejo e liberdade, mas protege e venera a mãe e sua “pureza”. A violência direcionada aos corpos femininos e a ambivalência culpada/inocente são retratados nos casos de Ângela Diniz e Mariana Ferrer, por isso apresentá-las é de extrema importância para que se discuta as consequências do corpo feminino no espaço público.

Ângela Diniz (1944-1976) foi uma socialite da alta sociedade em Belo Horizonte, cidade onde nasceu. Destinada ao sucesso, viveu uma vida de destaque entre as mulheres de sua época, foi casada e teve filhos, mas a vida pacata de dona de casa não contentou seus desejos. Foi quando ela começou a desfrutar de sua liberdade e, conseqüentemente, chocou a sociedade brasileira dos anos 1970 por ser uma mulher destemida, corajosa e decidida. Não obstante, após viver um relacionamento conturbado e violento, Ângela foi assassinada aos 32 anos pelo seu então namorado, Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street. A grande mobilização em volta deste caso aconteceu porque a defesa de Doca Street culpou a própria Ângela por seu assassinato, alegando que ela seria uma “mulher fatal” e afirmando que o crime aconteceu em “legítima defesa da honra” (Praia dos Ossos, 2020).

Mariana Ferrer é uma jovem de 24 anos, a qual fomentou discussões nas redes sociais e na mídia em geral ao denunciar o estupro que sofreu em 2018 durante uma festa em Florianópolis (G1, 2020). Modelo e digital influencer brasileira, ela se tornou um símbolo muito importante, nos últimos anos, ao falar abertamente sobre a violência sexual que sofreu e buscar por justiça. Aos 21 anos, Mariana Ferrer foi estuprada e dopada - perdendo sua virgindade na ocasião - pelo empresário André de Camargo Aranha, de 40 anos à época do crime, dentro de um requintado Beach Club, o homem em questão era amigo dos proprietários do local (G1, 2020). A repercussão do caso de

Mariana Ferrer causou indignação e protestos a nível nacional visto que o seu estuprador foi absolvido por “falta de provas” apesar das evidências no processo judicial comprovarem o contrário.

Os casos dessas duas mulheres, apesar de terem ocorrido em épocas diferentes, reverberam a comoção e repulsa social, principalmente porque não se referem somente à violência, mas ao negligenciamento que alcança e interfere na vida de milhares de mulheres no país (Lima, Santana, Neto, & Silveira, 2021). É inegável que a repercussão midiática reflete na compreensão social acerca dos casos de violência contra as mulheres, implicando no “julgamento de valores” com relação à vítima e sua vida antecedente ao crime, muitas vezes considerando essa análise suficiente para admitir que a vítima contribuiu ou não para que ocorresse a violência (Ferreira & Ferreira, 2021). Em virtude disso, Ângela Diniz e Mariana Ferrer são exemplos de como os dispositivos midiáticos e o discurso social são capazes de fomentar o discurso estrutural de culpabilização da vítima, alterando as narrativas e proporcionando uma troca de papéis entre os culpados e inocentes.

A violência sofrida por Mariana Ferrer foi noticiada em canais de comunicação do país inteiro, à exemplo do portal de notícias da Globo (G1) que conta com inúmeras notícias sobre o caso desde que Mariana manifestou-se nas redes sociais. No dia 25 de maio de 2019, o G1 noticiou que uma jovem havia denunciado nas redes sociais que foi estuprada em um beach club de Jurerê Internacional, em Florianópolis. A partir dessa notícia, foram publicadas fotos da vítima e do agressor, fotos registradas por Mariana Ferrer no dia do crime que contam como provas, além de imagens das mídias sociais da jovem no portal do G1. O acontecimento causou uma onda de comoção, indignação e muita polêmica, principalmente porque o caso ganhou uma cobertura nacional. Cada etapa do caso foi noticiada pelo G1 e demais plataformas de comunicação do país, culminando nas notícias sobre o atual desfecho ocorrido entre setembro e novembro de 2020.

Em setembro de 2020, o G1 publicou a notícia de que a justiça havia absolvido o empresário André de Camargo Aranha da denúncia de estupro visto que “segundo a sentença, não foram apresentadas provas contundentes para sustentar a acusação.” (G1, 2020). Não obstante, em novembro de 2020 foram divulgados vídeos do julgamento do caso. Neles, é possível perceber a violência e humilhação que Mariana Ferrer sofre da instância jurídica - constituída apenas por homens na ocasião - ao desvalorizar a palavra da vítima. O G1 trouxe à tona relatos da sentença em que o juiz expõe fotos sensuais de Mariana, à época trabalhando como modelo profissional, produzindo um julgamento de valor sobre o comportamento da jovem e desvalorizando suas ações. Além disso, o juiz também profere que “jamais teria uma filha” do “nível” de Mariana (G1, 2020).

Segundo Foucault (1988), as relações de poder são essenciais para a vida em sociedade. Para o autor, o poder não é algo que está contido em um lugar, pessoa ou instituição, mas os processos de poder se mostram capilarizados nas diferentes relações em sociedade. Imanentes a essas relações de poder, estão as resistências, pode-se dizer que onde há poder, também há resistência. É possível perceber os processos de resistência que se articularam a partir da revolta e comoção causados pela sentença do caso Mariana Ferrer, principalmente pelo discurso patriarcal e machista da instância jurídica. A partir da justificativa de defesa de André de Camargo Aranha, a falta de provas para comprovar que a vítima não estaria em condições de consentir o ato, fazia com que o réu não tivesse “intenção” de estuprá-la (Lima et al., 2021). Com o propósito de protestar contra a decisão do juiz, o website The Intercept Brasil produziu o termo “estupro culposo” de forma irônica, a fim de caracterizar o desfecho da sentença, apesar do termo não constar nas alegações finais do Ministério Público e na sentença do acusado (Lima et al., 2021). Pode-se dizer que essa é uma das tentativas de ressignificar o ocorrido, fomentando a discussão de quem ocupa o lugar de culpado e inocente, sem esquecer que muitas

mulheres - assim como Mariana Ferrer - acabam sendo revitimizadas pela sociedade e pelos agentes públicos.

A cultura ocidental foi - e ainda é - fundada no ódio e no domínio das mulheres, fator que fomenta a ideia de controle diante do mistério relacionado ao corpo feminino e seus desejos. A necessidade de controlar os desejos, os corpos e os saberes, foi justificada pelos “extremos” construídos entre masculino e feminino, em que se concebe o primeiro enquanto um ser “mais prático e racional” e o último enquanto “mais emocional, longe da razão” (Homem & Calligaris, 2019, p.51). Ao afastar as mulheres da razão e aproximá-las do pecado, corrobora-se a ideia de que o autocontrole masculino está no controle do corpo da mulher - por isso, a culpabilização da vítima em casos de violência, principalmente envolvendo estupros e assédios (Homem & Calligaris, 2019).

O caso de Ângela Diniz exemplifica essa ideia, já que o seu comportamento no meio social - associado com a sua imagem corporal - serviu de “justificativa” para a defesa de seu assassino. O *podcast* “Praia dos Ossos”, produzido durante o ano de 2019 pela Rádio Novelo, buscou trazer à tona o caso de Ângela Diniz mais de 40 anos depois do ocorrido. Em oito episódios, as idealizadoras Branca Vianna e Flora Thomson-DeVeaux falaram sobre o caso, realizaram mais de 50 entrevistas e analisaram materiais gravados e bibliografias. A fim de dar voz à imagem de uma mulher que foi um símbolo controverso de beleza e liberdade no Brasil dos anos 1970, o *podcast* também incitou o debate sobre a culpabilização da vítima e o machismo na sociedade brasileira. No primeiro episódio, denominado “O crime da Praia dos Ossos”, a locutora Branca Vianna fala sobre como o caso de Ângela Diniz sofreu uma mudança de narrativa ao colocar em pauta a reputação da mulher assassinada pelo seu então namorado, como pode-se ver a seguir:

No julgamento do Doca Street, a reputação da Ângela acabou virando uma prova contra ela. Aí, por causa disso, algumas mulheres começaram a

se mobilizar [...] Como é que um homem mata uma mulher com quatro tiros na cara e vira herói? Ou então dá pra dizer assim: Como uma mulher desarmada é morta com quatro tiros e vira a vilã da história? (Praia dos Ossos, 2020, pp. 48:02 – 49:11).

A defesa de Doca Street buscou justificar o crime através da “legítima defesa da honra”, alegando que o namorado de Ângela havia se sentido “ofendido”, ou então “desafiado” pela postura dela ao tentar terminar o relacionamento quando os dois estavam na Praia dos Ossos. A partir desse discurso, foram inúmeras tentativas para deslegitimar o crime e tornar Ângela a maior - e principal - responsável pelo que aconteceu. No episódio 5, intitulado “A Pantera”, é possível compreender mais sobre essa movimentação que aconteceu durante o primeiro julgamento do caso em 1979. Nesse episódio, são apresentados depoimentos e dados que apresentam a fama de Ângela Diniz nos anos anteriores a sua morte, reforçando a postura de “mulher fatal” e desejada atribuída a ela. Em contrapartida, a defesa do réu usou desse discurso para atribuir o crime como um ato isolado, de descontrole feito por um homem que estava apaixonado. De forma crítica a esse argumento, a locutora Branca Vianna pontua que:

[...] o assassinato da Ângela Diniz não foi fruto de um caso isolado, de um homem descontrolado, agindo num impulso momentâneo por causa do temperamento da namorada. Foi a reação de um homem médio daquela época, criado com os valores daquela época, moldado para ter medo de uma mulher que segue os seus desejos. E, por isso, criado para agir com violência quando topa com uma mulher assim (Praia dos Ossos, 2020, pp. 37:25 – 37:52).

A noção de que o perigo e o mistério residem no corpo feminino está presente desde os primórdios da civilização, através de mitologias, histórias bíblicas e até mesmo de

estudos nas principais áreas do conhecimento. Histórias como as de Pandora e Eva, segundo Homem & Calligaris (2019), indicam que a mitologia e a religião estão no cerne da misoginia ao conceber a mulher enquanto representante do mal. Eva, ao morder a maçã e falar com a serpente, condena a humanidade a viver longe do paraíso, já Pandora - por ser curiosa e desobediente - abre uma caixa misteriosa e libera todas as mazelas e pecados ao mundo. Essas histórias, ao abordarem o corpo feminino e a mulher enquanto fonte de pecado, marcam a disseminação do ódio destilado às mulheres e a necessidade de controle desses corpos ditos “perigosos”.

Essas mulheres - e esses casos - protagonizam a história que vem sendo descrita através do resgate iconográfico proporcionado por este trabalho. Apesar do intervalo de tempo entre os dois casos (1976 e 2018) e das mudanças sociais que ocorreram, a noção do patriarcado e da misoginia se faz extremamente presente, principalmente no que diz respeito à responsabilização dos verdadeiros culpados. Aos olhos da sociedade - tanto dos anos 70 quanto atual - Ângela Diniz e Mariana Ferrer podem ser consideradas “mulheres perigosas” por terem adotado um padrão de vida que não vai ao encontro do que se espera de uma mulher dotada de feminilidade e docilidade (Kehl, 2008). Tal qual Pandora e Eva, elas são vistas como mulheres fatais, representantes do mal e do descontrole masculino. É de extrema importância falar sobre esses e os demais casos que seguem acontecendo no Brasil - seja por feminicídio ou outras formas de violência - para que os agressores sejam responsabilizados e não mais inocentados, na medida em que o corpo e o estilo de vida de uma mulher são concebidos como passíveis de culpa por ocuparem o espaço público da vida social. Com relação ao patriarcado e à tentativa de silenciar as mulheres de modo geral, Maria Homem (2019, p. 97) afirma que “ainda se busca deslegitimar a fala das mulheres ou deslegitimar a liberdade de seu corpo ocupar o espaço (e todos os espaços). A guerra não está ganha”

Além disso, observa-se a urgência em discutir a influência do patriarcado e da misoginia em casos como os de Ângela Diniz e Mariana Ferrer. A violência direcionada aos corpos femininos em espaços da vida pública reforça a necessidade de transformações sociais e da renovação de discursos que podem ser fomentados pelas áreas de conhecimento tais como a psicanálise. Dessa maneira, a escuta psicanalítica pode servir como vetor para a emergência do sujeito e suas singularidades, contando com as intersecções que são de extrema importância, principalmente no que tange a compreensão de gênero, corpo e feminilidade (Mountian & Lacorte, 2020). Vale ressaltar a influência da terceira onda do feminismo para o protagonismo dessas questões no meio social e cultural, visto que esse período impulsionou as considerações com relação à raça, classe, sexualidade e demais interseccionalidades discutidas por autoras como Judith Butler, Maria Rita Kehl e Silvia Federici (Alves, Perrone, & Witter, 2020).

Comprovada a influência dos meios de comunicação e das áreas de conhecimento para a criação e/ou manutenção de normas e concepções sociais, as autoras Alves, Perrone, e Witter (2020, p. 41) ressaltam a importância de entrelaçar a psicanálise aos movimentos feministas já que “as questões que a psicanálise se ocupa são questões da vida, tal como o pensamento feminista é uma reivindicação por condições de vidas vivíveis e uma exigência de outros discursos sobre o sujeito”. Por fim, pode-se afirmar que transitar entre os espaços públicos é um desafio constante visto que o sistema patriarcal tenta, a todo momento, restituir as mulheres ao espaço privado da vida social a fim de silenciá-las com a invisibilidade do lar e da docilidade.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos analisados neste trabalho, foi possível realizar uma apresentação da historicidade do feminino levando em conta a construção teórica e social das dimensões do público e do privado, bem

como refletir sobre as produções psicanalíticas acerca desta temática. A análise dos dispositivos midiáticos escolhidos proporcionou a discussão acerca do corpo da mulher em situações de violência no Brasil, a partir dos casos de duas mulheres que viraram símbolo de mobilização e ressignificação do discurso social acerca da culpabilização da vítima. Ratifica-se a importância da discussão das áreas de conhecimento - tais como a Psicanálise - na construção de quem são e o que desejam as mulheres, questões transversais que seguem sem uma resposta concreta. Assim como a constatação de que a sexualidade feminina é passível de proteção ou condenação conforme o espaço social ocupado pelos corpos de mulheres como Ângela Diniz e Mariana Ferrer.

É de extrema importância que a psicanálise e o feminismo estejam cada vez mais relacionados, a fim de ampliar o campo discursivo psicanalítico, sem negar o potencial emancipatório dessa teoria que iniciou as discussões acerca da importância do desejo e do trabalho do inconsciente a nível individual e coletivo (Mountian & Lacorte, 2020). Atualmente, a psicanálise se aproxima de um debate mais político com relação à vida social e à cultura em si, sendo convocada a repensar suas concepções. Esse movimento possibilita que a teoria psicanalítica e o feminismo sejam considerados saberes múltiplos no que tange a discussão de gênero, linguagem e discursos (Alves et al., 2020).

Por conseguinte, mulheres como Ângela Diniz e Mariana Ferrer provocam reflexão acerca do que mudou e do que se mantém no cenário social, cultural e judiciário quando se trata da violência contra as mulheres. Os discursos sociais analisados neste trabalho e a repercussão dos casos que, apesar de separados por 42 anos de diferença, evocam a visão da sociedade acerca de mulheres e suas posturas, suas escolhas de vida, suas relações. É inevitável pontuar a permanência da culpabilização da vítima, assim como a tentativa de deslegitimar a imagem e o corpo dessas mulheres. Infere-se também a

permanência de discursos misóginos, machistas e violentos por parte das instâncias jurídicas, sociais e de órgãos de segurança pública que deveriam cumprir com o papel de proteger mulheres em situações de violência. Em contraponto, as mudanças e avanços na luta das mulheres por políticas públicas efetivas possibilitaram que novos dispositivos sociais e políticos fossem desenvolvidos, tais como aprovações e/ou alterações de leis de proteção às mulheres vítimas de violência, canais de acolhimento e denúncia, instituição de casas-abrigo para mulheres e seus dependentes, e demais fatores que simbolizam a importância da luta das mulheres por direitos e melhores condições de vida, buscando a punição para seus agressores.

Os anos que separam esses dois casos, assim como os milhares que acontecem todos os dias, demonstram a necessidade de discutir as violências que atingem as mulheres nos mais diversos âmbitos sociais. É imprescindível desconstruir a ideia de que o corpo feminino tem “dono” ou que deve ser controlado por dispositivos sociais tais como a família, a religião e o Estado.

Portanto, a construção deste trabalho faz-se de extrema importância para compreender as consequências que os corpos das mulheres sofrem ocupando o espaço público sendo alvos de violência. É inegável que essa pesquisa sofreu recorte social - tratando-se de duas mulheres cisgênero, brancas e heterossexuais - não obstante, é imprescindível que interseccionalidades tais como a raça, a sexualidade e classes sociais sejam consideradas enquanto fatores que podem influenciar na violência de gênero e na resolução de casos envolvendo a violência contra mulheres.

Evidentemente, este assunto se apresenta longe de ser esgotado, sendo assim, é de extrema importância que pesquisas e produções teóricas como essa sejam desenvolvidas a fim de refletir sobre o papel da mulher na sociedade atual, abordando o discurso social acerca das violências contra as mulheres. Assim como destaca-se a importância e a potência da educação para abordar essas temáticas, causando reflexão acerca dos direitos das mulheres, fomentando a responsabilização dos culpados, a busca por justiça e o entendimento acerca do impacto da violência contra as mulheres para as gerações.

Referências

- Alves, F. O., Perrone, C. M., & Witter, N. A. (2020). Atravessando caminhos: escutas e narrativas possíveis entre psicanálise e feminismo. *Revista Feminismos*, 8(2), 40-56. Recuperado de <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/34586>
- Brasil. *Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009*. (2009). Código Penal. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/12015.htm
- Brasil. *Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015*. (2015). Código Penal. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13104.htm
- Caffé, M. (2020). Feminilidade e maternidade. In D. Teperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli (Orgs), *Gênero* (pp. 49-62). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cossi, R. K. (2020). Sequelas patriarcalistas em Freud segundo Luce Irigaray: sexualidade feminina e diferença sexual. In A. A. Martins, & L. Silveira (Orgs), *Freud e o Patriarcado* (pp. 363-382). São Paulo: Hedra Ltda.
- Diniz, M. (2018). O(a) pesquisador(a), o método clínico e sua utilização da pesquisa. In T. Ferreira, & A. Vorcaro (Orgs.),

- Pesquisa em psicanálise: do campo à escrita* (pp. 150-174). Belo Horizonte: Autêntica.
- Episódio 1: O crime da Praia dos Ossos. (2020). [Locução de]: Vianna, B. Entrevistados: Melo, A. T., Souza, I. G., Pitanguy, J et al. Rio de Janeiro: Rádio Novelo, *Podcast*. Recuperado de <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/>
- Episódio 5: A Pantera. (2020). [Locução de]: Vianna, B. Entrevistados: Garavaglia, K., Celidônio, M., Amaral, R et al. Rio de Janeiro: Rádio Novelo. *Podcast*. Recuperado de <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/>
- Ferreira, T. (2018). Pesquisa em psicanálise: a conversação e a entrevista clínica como ofertas de palavra – a aposta na invenção subjetiva. In T.Ferreira, & A. Vorcaro (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: do campo à escrita* (pp. 175-208). Belo Horizonte: Autêntica.
- Ferreira, L. A., & Ferreira, G. B. M. (2021). Estudo da vitimização secundária nos crimes sexuais. *Revista Científica da Faculdade Quirinópolis*, 2(11), 361-378. Recuperado de <http://recifaqui.faqui.edu.br/index.php/recifaqui/article/view/106>
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257-278. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-58352006000100017
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (13a. ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freud, S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. (2009). In S. Freud. “*Gradiva*” de Jensen e outros trabalhos (1906-1908): Obras Completas. (vol. IX). Rio de Janeiro: Imago.
- G1 SC. (2019). Jovem denuncia nas redes sociais estupro em beach club em Jurerê Internacional. *G1 SC*, Santa Catarina, 21 de maio de 2019. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/05/21/influenciadora-digital-denuncia-estupro-em-beach-club-em-jurere-internacional.ghtml>
- G1. Caso Mariana Ferrer: ataques a blogueira durante julgamento sobre estupro provocam indignação. (2020). *G1 SC*, Santa Catarina, 03 de novembro de 2020. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/03/caso-mariana-ferrer-ataques-a-blogueira-durante-julgamento-sobre-estupro-provocam-indignacao.ghtml>
- G1 SC. (2020). Justiça absolve empresário de denúncia de estupro de jovem em beach club de Florianópolis. *G1 SC*, Santa Catarina, 09 de setembro de 2020. Recuperado de <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/09/09/justica-absolve-empresario-de-denuncia-de-estupro-de-jovem-em-beach-club-de-florianopolis.ghtml>
- Gil, A. C. (2002). *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias* (4a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Homem, M., & Calligaris, C. (2019). *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo* (1a. ed.). São Paulo: Papirus 7 mares.
- Jucá, J. (2021). Por dia, cinco mulheres foram vítimas de feminicídio em 2020, aponta estudo. *CNN Brasil*, São Paulo, 04 de março de 2021. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/03/04/por-dia-cinco-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-em-2020-aponta-estudo>

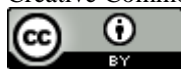
- Junior, E. (2020). Casos de estupro só aumentam e refletem a cultura desse tipo de crime no Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo. Recuperado de <https://jornal.usp.br/atualidades/casos-de-estupro-so-aumentam-e-refletem-a-cultura-desse-tipo-de-crime-no-brasil/>
- Kehl, M. R. (2008). *Deslocamentos do Feminino*. (2a. ed.). Rio de Janeiro: Imago.
- Lara, A. M. B., & Molina, A. A. (2011). Pesquisa Qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. *Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas*, Maringá, 1, pp. 121-72. Recuperado de <https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>
- Lazzarini, E. R., & Viana, T. C. (2006). O corpo em Psicanálise, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 241-250. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bVjD4hvChNCWssn8jbd5pSM/>
- Lima, E. S., Santana, W. K. F., Neto, A.L.M., & Silveira, E. L. (2021). A materialização do machismo no enunciado “Estupro culposo”. *Macabéa - Revista Eletrônica do Netlli*, 10(5), 41-57. Recuperado de https://www.academia.edu/49494962/A_MATERIALIZA%C3%87%C3%83O_DO_MACHISMO_NO_ENUNCIADO_ESTUPRO_CULPOSO?auto=citations&from=cover_page
- Mandet, E. S. C. (1993). La fascinacion de los significados una problemática acerca de la nocion de cuerpo en psicoanalysis. *Psicoanalysis con niños e adolescentes* (4ª. ed., pp. 114-124).
- Marcos, C. (2010). A pesquisa em psicanálise e a Linha de Pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Psicologia da PUC-Minas. In F. Kyrillos Neto, & J. O. Moreira (Orgs.), *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* (pp. 99-112). Barbacena MG: EdUEMG. Recuperado de <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/KIRILLO-S-NETO-Fuad-MOREIRA-Jaqueline-org.-Pesquisa-em-Psican%C3%A1lise--transmiss%C3%A3o-na-Universidade.pdf#page=60>
- Mountian, I., & Lacorte, A. P. G. (2020). Psicanálise e feminismo: algumas reflexões sobre a mulher enquanto outro. *Revista interdisciplinaria de feminismos y género*, 4(2), 1-11. Recuperado de http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11947/pr.11947.pdf
- Muszkat, M. (2018). *O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo* (1a. ed.). São Paulo: Summus.
- Poli, M. C. (2008). Escrevendo a psicanálise em uma prática de pesquisa. *Estilos da clínica*, 13(25), 154-179. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v13n25/a10v1325.pdf>

Dados sobre os autores:

- *Jéssica Bertoldo Portela*: Graduada em Psicologia pela Universidade Franciscana (UFN), Especialista em Direitos Humanos nas Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Psicóloga na Secretaria Municipal de Educação e Cultura na cidade de Quaraí – RS, atua também como psicóloga clínica e possui interesse nas áreas de psicanálise, gênero, feminismo e saúde mental.
- *Félix Miguel Nascimento Guazina*: Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano (2005). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Psicologia Clínica com ênfase em saúde comunitária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente da Universidade Franciscana (UFN), na cidade de Santa Maria-RS.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
